

Para líder, renovação das bancadas favorece ajuste

Qual a garantia que os aliados têm de que o novo Congresso pode aprovar o projeto da contribuição dos inativos?

- A votação tanto pode ocorrer com o novo Congresso quanto com o Congresso atual. O problema de votação de matérias complexas como esta envolve em cada momento um processo de articulação política, uma questão de oportunidade e de compreensão do momento. Nesse caso, nós estamos diante de um verdadeiro tabu na sociedade brasileira, estamos tratando da remuneração e da contribuição de servidores públicos para o sistema próprio de Previdência. Isso não faz parte da História do País. Estamos mudando hábitos e padrões de comportamento que estão arraigados, esta é a dificuldade, mas que gradualmente pode ser superada com debates e esclarecimentos.

O Governo ainda não tem certeza se o timing é esse?

- Nós teremos que definir o timing em conjunto com os líderes das bancadas, para ver o momento mais adequado. Eu não tenho a definição do timing. Acho que esse grupo de trabalho (comissão com representantes de cada partido da base do Governo e o ministro Waldeck Ornellas) mais os líderes vão nos ajudar a fazer essa definição do melhor momento para votar.

Os líderes dizem, de acordo com suas bancadas, que o melhor momento é a partir de fevereiro, com o novo Congresso. Onde está esta certeza de que o projeto não será rejeitado?

- Eles têm manifestado essa postura de que talvez seja mais fácil votar no novo Congresso. Naturalmente cada líder tem conversado com os deputados que ganharam a eleição, até porque eles precisam ter confirmado seus mandatos ou não como líderes no início da legislatura já com o novo Congresso. Portanto, eu acho que eles têm uma capacidade de avaliação apurada.

O que acontecerá se esse projeto for derrotado?

- Nem quero imaginar essa hipótese. Ele vai passar. Vamos trabalhar com muito afinho, controlar voto a voto e seguramente nós iremos vencer na votação.

O Governo tem intenção de enviar rapidamente ao Congresso esse projeto para conter a crise. O que significaria um atraso na votação?

- Essa matéria acabou ficando emblemática. A economia brasileira está inserida na economia mundial, a equipe econômica tem negociado lá fora e várias empresas multinacionais têm investido no Brasil. Há um entendimento muito claro em todos os setores de que o País precisa fazer um ajuste fiscal e parar de gastar mais do que arrecada para ganhar credibilidade. O trabalho que nós fizemos aqui depois da eleição mostrou uma série de vitórias, nós terminamos a reforma da Previdência, votamos 14 medidas provisórias ligadas ao ajuste fiscal. Tivemos vitórias sucessivas, mas perdemos essa. E essa perda, para quem está lá fora, ficou como uma demonstração de uma falta de capacidade de fazer o ajuste fiscal. Ela quase que se transformou simbolicamente no ajuste fiscal. Quando na verdade

não é isso. O alcance econômico dessa medida é inferior ao de outras matérias que nós votamos.

O peso é mais psicológico que financeiro?

- Eu acho que o peso é emblemático. Perdemos uma matéria importante e isso passou como um emblema de que não teríamos capacidade de fazer o ajuste fiscal na sua totalidade. Como a economia, hoje, vive muito de expectativas, eu acho que deu esse impacto e nós precisamos corrigir votando essa e outras matérias. O Governo, por exemplo, queria essa votação para ontem, mas os líderes é que têm que ser os definidores do momento de se votar para termos certeza da vitória.

A CPMF é considerada a matéria mais importante da convocação. Qual é a expectativa de tramitação na Câmara, já que o Senado prevê concluir a votação

no dia 20 de janeiro?

- A CPMF é uma matéria para ser votada aqui na Câmara talvez até o final desse trimestre, até o final de março, mas para compensar a perda com a falta de arrecadação no período que a matéria ficar aqui no Congresso, nós estaremos votando na próxima semana as medidas provisórias que tratam de tributos.

Para aprovar até março será preciso alterar as regras do regimento interno?

- Há uma decisão dos líderes de fazer alterações no regimento interno, para torná-lo mais democrático e expressar mais a vontade da maioria e dar mais agilidade ao processo de votação.

Esse projeto também dependerá do novo Congresso. Como o senhor vê a relação desse Parlamento com o Governo? Será mais fácil ou mais difícil?

- Esse novo Congresso manterá a correlação de forças da base do Governo e da oposição. Só dá para ter uma segurança da posição do novo Congresso a partir das primeiras votações. As avaliações e as informações que temos dos partidos é que houve uma fortalecimento da participação daqueles deputados que são mais fiéis ao Governo. Então há uma possibilidade de que o novo Congresso seja um Congresso que dê um bom respaldo para o Governo.

O senhor não acha que irá se criar um vácuo até o novo Congresso começar a trabalhar?

- Não. O Congresso já chega querendo votar, já há novos deputados querendo se informar. Acho que teremos um novo Congresso trabalhando logo no início, com muita vontade e os líderes estão contatando os novos deputados.

Esse colegiado de ministros vai fazer a diferença?

- Cada ministro tem uma função política. Alguns são mais ligados ao trabalho parlamentar. O fato de os ministros se mobilizarem para se articular politicamente é positivo e ajuda no trabalho do Congresso. Evidente que a responsabilidade maior e a condução dos trabalhos é responsabilidade dos líderes. Eles é que são conhecedores da oportunidade da votação e da possibilidade de vitória. O trabalho dos ministros é de auxílio, mas a palavra final tem que ficar com os líderes.

■ Mais ajuste na página 5